



DIA NACIONAL DE LUTAS: OFICIAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL SE UNEM EM BRASÍLIA

A AOJESP e os Oficiais de Justiça de todo o Brasil estarão reunidos e mobilizados em Brasília nos dias 22 e 23 de março. Haverá reunião da Diretoria Executiva da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (FOJEBRA) e mobilização no Congresso Nacional. Considerando que neste ano o dia 25 de março será uma sexta-feira, a FOJEBRA remanejou o evento para o dia 23 de março. A programação inclui visitas aos parlamentares na luta pela Aposentadoria Especial para os Oficiais de Justiça.

Pauta reivindicatória dos Oficiais de Justiça de São Paulo

- Escala de nível universitário
- Regime Especial de Trabalho Judicial
- Aposentadoria Especial
- Isenção de impostos para o carro
- Reposição salarial anual na Data-base
- Lei Orgânica dos Oficiais de Justiça
- Equiparação com os federais
- Seguro de vida
- Estacionamento livre
- Escola de formação do servidor público
- Sala de trabalho em todos os Fóruns

Oficiais de Justiça Unidos nos 27 Estados do Brasil

Você já fez estas diligências? 1) busca e apreensão de menores de idade; 2) despejou e/ou desocupou apartamentos, casas, fazendas e sítios? 3) buscou e apreendeu gado no pasto? 4) citou governadores e/ou parlamentares? 5) seqüestrou bens de empresários, mediante ameaças? 6) prendeu bandidos fortemente armados? 7) encontrou os “palmeiros” na Mata Atlântica? 8) localizou os ribeirinhos na Amazônia, diligenciando de canoa ou de barco? 9) separou cônjuges? 10) buscou e apreendeu filhos pequenos das mães? 11) citou o chefe da tribo indígena? 12) citou o capanga matador, escondido na mata? 13) buscou e apreendeu o carro ou aeronave, por falta de pagamento?

Pois bem. Estas são algumas das atividades dos Oficiais de Justiça em todo o Brasil. Ele diligencia com a cara e a coragem, posto que o Estado e o Tribunal de Justiça não lhes oferecem as mínimas condições para bem desempenhar suas funções. Esse servidor público compra o carro com os seus ganhos mensais e coloca seu bem de família à disposição do Estado-patrão. Se for assaltado (como sempre acontece) e ficar sem o carro, sequer recebe indenização do Tribunal.

Em se tratando de assistência judiciária (a conhecida Justiça gratuita), as despesas de diligências

são reembolsadas parcialmente. Na Justiça paga, em São Paulo, o reembolso é absolutamente insuficiente, porquanto a Corregedoria Geral da Justiça retém os valores depositados pelos advogados, mas o Tribunal os custodia por 120 dias e incorpora os valores no Fundo, sem reembolsar os quilômetros percorridos na volta, como se o Oficial de Justiça não tivesse despesas para se locomover, na volta.

Os pareceres nº 121/08, 202/08 e 311/10, da Corregedoria Geral, evidenciam que quem os redigiu detesta a classe dos Oficiais de Justiça. São dois juízes que sequer dialogaram com os colegas para tomar conhecimento das dificuldades que enfrentam os colegas ao diligenciar nos condomínios, nas ruas de terra, nas perigosas zonas Sul e Leste de São Paulo, nas empresas onde os empresários têm em se esconder por trás dos advogados, as diligências nas favelas, nos cortiços, nas bocas de fumo e etc.

Por conta destes é que o Oficial de Justiça do Brasil estão unidos, posto que, conhecedores que são da REALIDADE SOCIOECONÔMICA deste País, muito têm a contribuir para CONCRETIZAÇÃO DE UMA JUSTIÇA REAL.

Yvone Barreiros Moreira
Presidente da AOJESP
Diretora de Formação
Sindical da FOJEBRA



Sede Própria:
Rua Tabatinguera, 140 - conj. 07
CEP 01020-000 - São Paulo - SP
Fone: PABX (011) 3585-7800

www.aojesp.org.br
aojesp@aojesp.org.br

Diretoria Executiva

Yvone Barreiros Moreira
Presidente
Luiz Orlando Penteado Frasson
Secretário Geral

Carlos Alberto Roccato: 1º Secretário

Enizal Vieira: 2º Secretário

Oton José Batista da Silva
Tesoureiro Geral

Jonas Barbosa: 1º Tesoureiro

Abidala Ascar: 2º Tesoureiro

Conselho Fiscal

Eduardo Romeiro
Atahualpa H. Tomaz de Aquino
Acácio Simões dos Santos
Mário Medeiros Neto
Benvindo Marques Carneiro
Aparecido de Oliveira Camargo
Sonia Maria de Sá Macedo

Conselho Regional

Paulo Henrique Correa
Emerita Rivera Salgado
Osmar Campoli
Luís Cláudio R. Ramos
Valdemir A. Castilho
Sérgio Ramos Aiello
Almir Silveira Bittar

Jornalista Responsável:
Luiz Felipe Di Iorio Bastos
(MTB 46.736-SP)

Textos:
João Paulo Rodrigues's
Luiz Felipe Di Iorio M. Bastos
Yvone Barreiros Moreira

Fotografia: Edilson A. Silva

Arte e Diagramação:
Silvio Ramos Jr./Teor Comunicações

Tiragem: 20.000

Democracia ou ditadura do conservadorismo?

TJ-SP elege seu novo presidente

O des. José Roberto Bedran foi eleito novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, concorrendo ao cargo como candidato único e eleito com 288 votos. Junto com Bedran, tomaram posse os desembargadores José Santana (vice-presidente) e Maurício Vidigal (corregedor-geral da Justiça). As eleições foram convocadas em virtude da morte do presidente Antonio Carlos Viana Santos e das aposentadorias dos desembargadores Marco César Müller Valente (vice-presidente) e Antonio Carlos Munhoz Soares (corregedor-geral da Justiça).

Entidades pedem aplicação efetiva do Dissídio Coletivo

As Entidades de classe do Judiciário Paulista, entre elas a AOJESP, protocolaram junto ao Relator do Processo do Dissídio Coletivo, Desembargador Samuel Alves de Mello Junior, um Embargo de Declaração, na última sexta-feira (4/3). De acordo com o documento, as Entidades pedem:

a) Seja determinado o cumprimento do pacto homologado entre as partes, especialmente no que tange aos Escreventes Estenotipistas, ordenando-se o imediato pagamento dos 4,77% em seus holerites de forma retroativa, tal como foi procedido com os demais servidores;

b) Requerem ainda o esclarecimento da questão “Mutirão para compensação de horas”, tendo em vista a clara contradição existente entre o que pretende o TJSP e o conceito trazido pelos Embargantes.

A caixinha de surpresas da Central de Mandados

O Tribunal de Justiça de São Paulo está implantando, desde 2006, o sistema de Central de Mandados, nos fóruns e comarcas do Estado. Trata-se de um sistema que já vinha sendo aplicado em diversas partes do Brasil, e que tenta distribuir igualmente os mandados para os Oficiais de Justiça, considerando zona ou CEP.

De acordo com um Oficial do Fórum Hely Lopes Meirelles, que teve acesso às primeiras reuniões, antes da instalação no Fórum, a Central foi planejada sem a participação da categoria entre a Corregedoria, Fundação Getúlio Vargas, e escrivães das Varas Acidentárias, da Precatória Cível e da Fazenda Pública. “Nós que trabalhamos na rua, tivemos que pedir pra entrar, e só entramos depois que um juiz de cada vara nomeou um Oficial representante”, contou.

Na época, a presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP), Yvone Barreiros Moreira, promoveu reuniões com a categoria e com Oficiais de Justiça de outros Estados para tirar dúvidas e conhecer o funcionamento do sistema. Por isso, a AOJESP foi à capital carioca para conhecer o funcionamento da Central.

Sabia-se que no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, a central de mandados vinha funcionando com sucesso. No entanto, o gigantismo de São Paulo e o número de Comarcas e de Oficiais de Justiça no Estado fazem com que a implantação seja lenta e desordenada.

Em São Paulo, a central de mandados chega trazendo benefícios e problemas. Para alguns, o sistema reduz a zona de deslocamento e o tempo para cumprir os mandados, porém o ressarcimento também é menor. Até mesmo porque, um dos pareceres que normatiza a Central, o Parecer 311/10, determina que a certidão negativa não será ressarcida. Vale destacar que, até o momento, o Tribunal Paulista não publicou nenhum provimento ou legislação que oriente sua aplicação nos fóruns. Os Oficiais de Justiça também reclamam que perdem muito tempo cadastrando as informações no sistema, pois a maioria não está acostumada a operar computadores. O TJ-SP não contrata novos Oficiais de Justiça há anos, e a maioria dos funcionários tem mais idade e não está acostumada às novas tecnologias.

Para a presidente da AOJESP, a medida adotada pelo Tribunal é uma maneira de usar os Oficiais de Justiça como cartorários e economizar. De acordo com uma Oficiala de Santo André, o trabalho só aumentou. “Trabalhamos quatro vezes mais que antes, e somos indenizados duas vezes menos”.

Yvone já solicitou reunião com a nova cúpula do Judiciário Paulista para tentar sanar o maior número de problemas trazidos pela Central de Mandados.

Distribuição de mandados

Por Yvone Barreiros Moreira

A seção de distribuição de mandados, apelidada de CENTRAL DE MANDADOS, é de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e parte integrante do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, elaborado em Brasília, que obriga os tribunais dos 27 estados da Federação. Contudo o critério imposto para o funcionamento da central vigorar há muito tempo em outras capitais, em São Paulo a Corregedoria ainda não oferece condições para o trabalho eficiente e célere.

Nas centrais instaladas na capital, foram os Oficiais de Justiça que se organizaram, diligenciando por CEP, e o excesso de serviços permanece por falta de nomeação dos 500 Oficiais aprovados no último concurso, que exige conhecimentos de informática. O Tribunal de Justiça ao invés de entregar a incumbência para os Oficiais de Justiça, força a barra e massacra esses servidores, colocando intermediários para dar ordens para trabalhadores que desempenham uma função absolutamente extra cartorária que é a de diligenciar. Até estagiários querem interferir no trabalho dos Oficiais, que dispõem de computadores insuficientes na Central de Mandados, ao ponto de fazerem filas para certificar. Muitos são os que vão ao Fórum dias de sábado e domingo, somente para certificar. O poder despótico do Tribunal chegou ao ponto de reter valores em dinheiro, que deveriam reembolsar os Oficiais de Justiça, obrigados a realizar 5, 10, 15 diligências e só recebem uma. O Tribunal custodia milhões de reais e, após 120 dias do depósito, incorpora ao Fundo. Toda essa barbaridade é consequência de pareceres de juízes desconhecedores da atividade dos Oficiais: pareceres nº 121/08, nº 202/08 e nº 311/10, em que a Corregedoria reembolsa só a ida do Oficial, sem sequer calcular as distâncias. E ainda querem que haja celeridade nos processos!

Presidência Itinerante em 2011

A AOJESP retomou a presidência itinerante com visitas às 257 comarcas do Estado. A Entidade já esteve reunida com Oficiais de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Guarulhos, Osasco e Sorocaba.



Santo André



Diadema



Osasco



Guarulhos



São Bernardo do Campo

AOJESP quer mudança no reembolso das diligências

Enquanto na Justiça Federal e em diversos estados brasileiros os Oficiais de Justiça recebem um valor fixo para reembolso de diligências, em São Paulo o Tribunal de Justiça utiliza o sistema da produtividade e leva seus próprios funcionários à exaustão. O ressarcimento das despesas gastas pelo Oficial de Justiça não condiz com os reais gastos das diligências, e muitas vezes o funcionário tem que tirar do próprio bolso o dinheiro de pedágio, combustível, balsa e outros.

Há anos a AOJESP vem lutando para acabar com esse sistema de produtividade. Para isso, a presidente da Entidade, Yvone Barreiros Moreira, desenvolveu um estudo de 43 laudas comprovando os gastos da categoria no cumprimento do mandado. Esse material foi entregue à Corregedoria e a Entidade ainda aguarda resposta.

“Enquanto os Oficiais não se unirem para valer e reagirem à extinção de seus direitos previstos em lei, a Corregedoria e o Tribunal vão pisar, como têm feito todos esses anos. Os Oficiais de Justiça não podem se esquecer de que o tempo passa e a aposentadoria vem e o TJ tira tudo que pode. Observem seus holeriths”, afirmou Yvone.

Em São Paulo, o Tribunal utiliza um raio de 10 km, em linha reta, para determinar que, dentro desse espaço, só será pago um único reembolso. Ou seja, mesmo que o Oficial de Justiça vá em múltiplos endereços, o Tribunal não paga os gastos que ele teve com o deslocamento.

Esse equívoco é apenas uma das muitas aberrações administrativas que o TJ-SP utiliza para economizar. Além desses, o Tribunal não reembolsa a volta, nem as certidões negativas, como se o Oficial não tivesse ido ao endereço. A culpa dessas regras é um conjunto de pareceres que vem retirando direitos desses funcionários, os pareceres 202/08, 121/08 e 311/10. Este último foi criado junto com a central de mandados.

De acordo com Yvone “para coibir os abusos que o TJ comete em atos administrativos, cabe ao Oficial de Justiça criar normas em sua atividade, posto que somente ele conhe-



Além de pagamentos justos pelas diligências, os Oficiais paulistas lutam por reivindicações e direitos no plano estadual e federal.

ce as dificuldades para localizar as pessoas e dar cabo de certas diligências que levam dias para solucionar”, afirmou.

Ainda de acordo com a presidente da AOJESP, não cabe ao Tribunal de Justiça alegar que tem que fazer economia para o Estado. “Ele tem que dar o exemplo e oferecer os carros que ficam estacionados, sem uso, e com eles são feitos negócios obscuros, ao invés de oferecer condições aos seus servidores para desempenharem melhor suas funções”, completou Yvone.

Ministra Eliana Calmon abdica da condição de magistrada e fala como cidadã

Em visita a São Paulo, a Ministra Eliana Calmon, Corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), prestigiou o projeto de conciliação do TJ-SP e fez importante pronunciamento durante a inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos. “Os magistrados costumam falar sentados, porém estou aqui hoje falando como cidadã brasileira”. Assim a Ministra Eliana Calmon iniciou o seu discurso.

O Centro deverá conduzir o projeto Conciliação SP, com apoio da Seção de Direito Privado do TJ e do CNJ, em conformidade com o disposto na Resolução 125, do CNJ. A parceria vinha sendo traçada entre a Ministra e o falecido presidente do Tribunal de Justiça, des. Antônio Carlos Viana Santos.

Para a Ministra, o projeto é uma oportunidade para desafogar as repartições e diminuir o conservadorismo do Poder Judiciário. “Nesse momento se faz conciliação em grande escala para a realização do Direito. A conciliação vem para eliminar conflitos de interesse. É uma oportunidade para que o Poder Judiciário reverta o jogo e mostre que pode ser eficiente”, afirmou.

Representando o Tribunal de Justiça de São Paulo, o coordenador do Centro de Solução de Conflitos, des.



Magistrados, conselheiros do CNJ, servidores e advogados prestigiaram o evento.



Yvone cumprimenta a Ministra Eliana Calmon.

Ademir de Carvalho Benedito ressaltou que, inicialmente, o Setor de Conciliação do TJ era desacreditado, mas foi ganhando corpo, estrutura funcional e crescendo, embora de forma precária. De acordo com o presidente da Seção de Direito Privado do tribunal paulista, des. Maia da Cunha, a conciliação é uma das formas mais eficazes de reduzir o número de processos. “O acordo gerado na conciliação é definitivo. Com ele, o processo morre”, afirmou Cunha, acrescentando que, no início, o Centro de Solução de Conflitos atenderá apenas litígios nos processos da área de direito privado.

Na platéia, conselheiros do CNJ que acompanharam a ministra, advogados, servidores do Judiciário, Entidades de classe, inclusive a AOJESP, representada por sua presidente Yvone, que parabenizou a atitude da ministra Eliana Calmon em quebrar o protocolo e falar como cidadã.